

***O AMARGO AÇÚCAR ALAGOANO:
A Fome e seus porquês***

José Inaldo Valões*
Carolina Edna de Araújo Queiroz**
Márcia de Oliveira Batista***

Na década de 90, cerca de 65% da população do Estado de Alagoas era considerada pobre. Dos nove estados que fazem parte da Região Nordeste, Alagoas ocupava a sétima posição. Atualmente o Estado passou a liderar o ranking de pobreza no Nordeste. Estes dados, porém, precisam ser considerados através de uma análise mais profunda: Quais são as causas diretas de tais índices elevados? Aonde o problema começou? E por que ainda não foi resolvido?

* Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Advogado, Mestre em Ciências Sociais pela UFCG) Pesquisador do NEAJUP - Núcleo de Extensão, Pesquisa e Assessoria Jurídica Universitária Popular da UNEAL.

** Bacharela em Direito da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL.

*** Bacharela em Direito da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL.

É importante, no entanto, considerarmos alguns conceitos. Temos inicialmente, o que poderíamos conceber como direito fundamental nas palavras de José Afonso da Silva (2005, p. 178): são as “prerrogativas e instituições que ele [o direito] concretiza em garantias de uma consciência digna, livre e igual a todas as pessoas”. Trata-se, portanto, de situações jurídicas essenciais à pessoa humana que devem ser efetivadas, por igual, atingindo a todos. O que nos remete ao conceito de dignidade da pessoa humana: uma qualidade intrínseca de todo e qualquer ser humano, característica que o define como titular de direitos que devem ser respeitados pelo Estado e por seus semelhantes. A dignidade da pessoa humana é, por aceção, o maior e mais importante direito fundamental a ser respeitado.

O direito à alimentação saudável, qualidade inerente à dignidade do homem, é, portanto, um direito fundamental. Que, embora conhecido por muitos, não vem sendo cumprido, respeitado e muito menos assegurado pelo Estado. Alagoas, como líder da lista dos estados mais pobres da Região Nordeste, é um dos locais que mais sofrem com o abandono e com a falta de políticas públicas.

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[135]

Pois, uma vez respondendo as perguntas supramencionadas, a causa direta e fundamental da pobreza, da miséria e dos baixos índices que qualquer outro indicador socioeconômico aponte para o estado de Alagoas é a forte desigualdade social e a fome, principal consequência dela.

Uma família que passa dificuldade para se alimentar, conseqüentemente, está fadada a uma vida onde educação, segurança, política e saúde de qualidade são realidades inalcançáveis. Os direitos fundamentais, e principalmente aquele que assegura a alimentação de qualidade, devem ser garantidos pelo Estado através de políticas públicas e incentivo ao combate à fome não só a nível mundial, mas também a nível nacional e focando nos estados com maiores índices de fome.

2. Conceitos fundamentais

2.1 Direito à alimentação (alimentação adequada e segurança alimentar)

De acordo com a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, a qual cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN (com vistas em assegurar

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[136]

o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências):

Art. 2º A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

§ 1º A adoção dessas políticas e ações deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais.

§ 2º É dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade.

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

2.2 Fome

Segundo o eminente escritor pernambucano Josué de Castro em sua obra *Geografia da fome* (2007, p. 32 e 34):

Na realidade, a fome coletiva é um fenômeno social bem mais generalizado. É um fenômeno geograficamente universal, não havendo nenhum continente que escape à sua ação nefasta. Toda a terra dos homens tem sido também até hoje terra da fome. [...] Procurando investigar as causas fundamentais

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[137]

dessa alimentação em regra tão defeituosa e que tem pesado tão duramente na evolução econômico-social do povo, chega-se à conclusão de que elas são mais produto de fatores socioculturais do que de fatores de natureza geográfica.

Há vários tipos de fome, que não cabem aqui ressaltá-los. Mas a fome que existe em Alagoas é uma fome endêmica e epidêmica: que não tem fim. No território alagoano o direito humano e fundamental à alimentação adequada não é respeitado. É grandioso o número de famílias que vivem em situação de insegurança alimentar. Que dignidade da pessoa humana, que direito ao alimento e, até mesmo, à vida são esses que, muitas vezes, são procurados junto ao lixo?

3. A historiografia da fome

Com o aumento desenfreado da população ocorrido principalmente no século XVII, surgiram inúmeras teorias demográficas que relacionavam os efeitos desse aumento populacional com a produção de alimentos. Dentre as teorias mais conhecidas estão: a teoria malthusiana, neomalthusiana e a reformista. Todas elas buscavam entender e solucionar as possíveis consequências do aumento populacional.

No século seguinte, com o advento da Revolução Francesa, a fome ganhou nova perspectiva. O que antes poderia ser considerado como fenômeno natural, biológico e inevitável, ganha aspectos sociais e culturais que modificaram até hoje o modo de conceber o conceito de fome. De escassez de alimentos à má distribuição dos mesmos. O problema deixa de ser na produção suficiente de alimentos e passa a ser na má distribuição dos alimentos, como afirmava a teoria reformista. Teoria esta, que acreditava que o problema da fome e da miséria no mundo não é da falta de alimentos ou excesso de pessoas, os problemas, na verdade, seriam causados pela má distribuição de renda e do acesso aos bens de consumo.

No mundo, atualmente, são cerca de 100 milhões de pessoas sem teto, 150 milhões de crianças subnutridas com menos de 5 anos e 1 bilhão de pessoas passando fome. Os motivos desses números exorbitantes deixaram de ser por causas naturais, como o clima, a seca, terremotos e inundações e passaram a ser causadas pela ação do homem. A ineficácia e má distribuição dos recursos naturais, o difícil acesso aos meios de produção pelos trabalhadores

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[139]

rurais, pelos sem terras ou pela população em geral e o contraste na concentração de renda e da terra em um mundo subdesenvolvido, são as principais causas humanas interferentes na fome.

Segundo Josué de Castro, em *A explosão demográfica e a fome no mundo* (2003), a definição criada para explicar o fenômeno da fome é vaga e não satisfaz as necessidades da realidade social da fome e da miséria no nosso planeta:

A noção que se tem, correntemente, do que seja a fome é, assim, uma noção bem incompleta. E este desconhecimento, por parte das elites europeias, da realidade social da fome no mundo e dos perigos que este fenômeno representa para a sua estabilidade social, constitui uma grave lacuna tanto para a análise dos acontecimentos políticos da atualidade, que se produzem em diversas regiões da terra, como no que se refere à atitude que os países da abundância deveriam ter face aos países subdesenvolvidos, permanentemente perseguidos pela penúria e pela miséria alimentar.

Obviamente, a fome é um fenômeno que sempre existiu. O denunciado por Josué de Castro, em suas importantes obras sobre o tema, foi a realidade da fome como força social, suas causas e seus efeitos na marcha da história. Novo não é o fato e sim a perspectiva pela qual se concebe sua funesta realidade. As principais

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[140]

impulsionadoras para que a questão da fome se transformasse em alvo direto de discussões objetivas foram as duas grandes guerras mundiais. A partir de então, por exemplo, é realizada em 1943 a Conferência De Alimentação de Hot Springs, originando a Food And Agriculture Organization – FAO – organismo das Nações Unidas focado na alimentação e na agricultura.

No Brasil, a situação é ainda mais preocupante. Com a 5ª maior extensão territorial do mundo – ocupando cerca da metade da área de todo continente sul-americano – é inevitável o forte crescimento nas mais diversas áreas. Há mais de 20 anos os números de estradas pavimentadas e no fornecimento de energia elétrica vêm aumentando gradativamente. No entanto, nada disso estimulou de fato a criação de políticas públicas eficazes que diminuíssem os crescentes índices de pobreza, má nutrição e de doenças endêmicas que, infelizmente, ainda são a realidade de muitas famílias brasileiras. Além disso, no Brasil, a parcela da população que detêm quase toda a renda nacional resume-se a porcentagem ínfima de 10%. Se no ano de 1987 os 40% da população que vivia na pobreza era uma

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[141]

realidade assustadora, o um terço da população mal nutrido dos dias atuais, chega a ser revoltante.

É fácil notar, portanto, que com toda sua extensão, o Brasil é um país propenso a práticas agropecuárias. Mas por que, então, decide por alimentar o mundo e não por erradicar a fome que assola as comunidades carentes do país? Com grande parte de suas terras cultiváveis, clima favorável, abundância de água e fertilidade do solo, o Brasil escolhe a produção para o mercado externo, visando a entrada de divisas e ao pagamento da dívida externa. O problema se agrava ainda mais com a crescente concentração da produção agrícola, onde grande parte fica nas mãos de poucas pessoas.

O problema da fome é tão silencioso que o Brasil que come não percebe o Brasil faminto. Reduzindo o fenômeno da fome à simples estatísticas e números nos noticiários televisivos.

Na inversão do ciclo da vida proeza é criança viva, bebê recém-enterrado, acontecimento banal. No Brasil, a cada cinco minutos, morre uma criança. A maioria de doenças de fome. Cerca de 280 a 290 por dia. É o que corresponderia, de acordo com a Unicef, a dois Boeings 737 de crianças mortas por dia (JUSSARA FAUSTINO, 2011)

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[142]

Quanto mais periférico o local, mais agravado se torna o problema. Alagoas, por exemplo, é um dos estados brasileiros com maiores índices de fome, desnutrição e pobreza. Em 2010, segundo o IBGE, eram mais de 100 mil famílias passando fome em Alagoas. Estudo recente, também apontou Alagoas como líder no ranking de estados mais violentos do país. Alagoas é o penúltimo estado brasileiro em área e possui 102 municípios. E ainda que, como o Brasil, possua na agropecuária a base de sua economia, a utiliza de forma inadequada. A principal causa da má distribuição dos alimentos no caso de Alagoas é a cana-de-açúcar, que há muito vem distorcendo a realidade de inúmeras famílias que tiravam seu sustento do trabalho no canavial.

4. Alagoas e seu triângulo da fome

“A terra é em tal maneira dadivosa que em se querendo aproveitar dar-se-á nela tudo”. Incontável é o número de pessoas que concordam com Pero Vaz de Caminha, não só em relação ao Nordeste, mas também ao

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[143]

Brasil e, em especial, a Alagoas. Alagoas é um dos locais menos prováveis de existir a fome; no entanto, ela aqui se apresenta de uma forma piorada. Em uma terra em que se plantando tudo dá, o quê que há com Alagoas? É antagônico pensar que frutas que não são naturais daqui como o “coco”, a manga, a jaca e a fruta-pão deram-se tão bem no solo alagoano, enquanto que esse mesmo solo gordo e fértil não atende sua função social, deixando que o povo da Zona da Mata apodreça na miséria, e o do Sertão seque na pobreza.

O PIB (Produto Interno Bruto) de Alagoas cresceu em 2011 6,7% em relação a 2010 (Fonte: IBGE e Seplande). Porém, toda essa riqueza não é distribuída. Seu IDH (Índice de Desenvolvimento Humano, que analisa longevidade, renda e educação) em 2013 era de 0,677 (Fonte: ONU). O estado tem uma enorme concentração de renda e uma grandiosa desigualdade social. O GINI em 2012 era de 0,462 (Fonte: IBGE). Cerca de 37% dos 886.000 domicílios particulares de Alagoas vivem em situação de insegurança alimentar (Fonte: IBGE, 2009). Vários são os fatores que levam o estado a essa condição de fome. É uma realidade histórica. Tentar-se-á elencar e

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[144]

discutir melhor alguns a seguir, observando mais profundamente suas três Meso-Regiões: Leste, Agreste e Sertão, formando, assim, seu triângulo da fome.

4.1 Zona da Cana (Leste, Litoral ou, mais comumente, Zona da Mata)

Uma das primeiras ações (destruidoras) dos colonos em Alagoas, quando esta ainda não era assim denominada, imediatistas que eram, foi des-matar a Mata Atlântica que aqui existia e plantar cana-de-açúcar. Atividade que perdura e predomina até hoje no estado, numa constante condição de autofagia, onde o canavial é devorado e devora o homem.

Os antigos senhores de engenho hoje são os “modernos” (somente na nomenclatura) usineiros, grandes latifundiários, fruto de uma enorme acumulação primitiva. A concentração de terra em Alagoas é gigantesca e arrasadora, onde os estabelecimentos entre 1 e 10 ha somam 44,8% deles, mas somente equivalem a 10% de toda a área ocupada; já os estabelecimentos entre 100 e 1000 ha correspondem ao minúsculo número de 2,5% das propriedades, porém representam 37% do total da área

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[145]

ocupada (Fonte: IBGE, Censo Agrícola 2006). Tais usineiros exercem uma grandiosa influência sobre o estado inteiro, inclusive na política e, ainda, sobre o Poder Judiciário e órgãos públicos. É um lugar onde o público e o privado confundem-se; onde predominam o coronelismo, o clientelismo, o paternalismo.

Os homens da cana (do açúcar e do álcool) sempre receberam incentivo financeiro dos Governos Federal, Estadual e Municipal, tanto porque quem está no poder político são os próprios usineiros, quanto porque, fazendo-se uso da célebre desculpa de que, mesmo que “aos trancos e barrancos”, é uma das poucas atividades agroindustriais, da qual dependem o estado e a sociedade alagoana. Traduzindo: “ruim com ela; pior sem ela”. Não obstante, os subsídios que os usineiros receberam do Governo não foram utilizados para a modernização das usinas, visto que eles, para acompanharem o nível de produção de São Paulo, para quem estavam perdendo mercado, acharam “melhor e mais fácil” usar o capital para adquirirem mais terras e não pensaram no futuro, sendo, da mesma maneira, imediatistas como os colonos. Com a crise fiscal brasileira dos anos 90,

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[146]

a situação dos usineiros complicou-se. A ajuda diminuiu, mas na verdade, eles recebem incentivo do Governo até hoje, e em grandiosa quantidade. Muitos acreditam que o setor canavieiro alagoano passa atualmente por uma forte crise; entretanto, ele vive mesmo é numa crise constante. Realmente falando, este setor não dá lucro. Para produzir uma tonelada de cana gastasse 800 reais, e essa mesma tonelada é vendida por mil. Se não fossem subsidiados (de onde advém parte de seus lucros), os homens da cana já teriam falido há muito tempo.

Os usineiros de Alagoas não se modernizam porque não constitui prioridade para eles produzirem mais e melhor, visto que são subsidiados e que, de uma ou de outra forma, sempre se mantêm no poder, e também porque não vão investir em tecnologia com o próprio capital e um bom estudo para tal iria demorar. Eles não diversificam suas plantações e produções por insegurança e, igualmente, para manterem sua hegemonia. O estado encontra-se parado no tempo. De 1600 a 2000 pouco mudou, principalmente e especificamente no setor canavieiro. Dificilmente, essa condição será modificada, pois os novos que entram no

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[147]

poder estão subordinados e condenados a essas primitivas mazelas e, da mesma forma, simplesmente (para eles) porque não querem transformar essa triste e cruel realidade. Impedem, verdadeiramente, sem nenhuma máscara, o desenvolvimento de Alagoas (entenda-se Alagoas como sendo seu povo). Uma Alagoas que, nos dizeres de Fernando José de Lira em sua espetacular obra *Formação da Riqueza e da Pobreza de Alagoas*, sempre representou o grande guarda-chuva protetor de seus poderosos, de suas elites agrárias, de suas oligarquias políticas. Encontra-se presa como que em uma camisa de força, com gritantes atrasos econômicos e sociais. Um local tão rico em potencial natural e humano, onde suas anomalias não são vulcões, maremotos, muito menos terremotos; mas são sim, seus próprios políticos e usineiros. Estes “usando e abusando” da natureza, do Estado e da sociedade. De acordo com José Inaldo Valões (2009, p. 64): “[...] o corpo, o suor e sangue do camponês, do índio, do negro, formam o maior adubo do canavial alagoano”.

Os homens da cana são os detentores do poder. Poder político, poder econômico, influência social,

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[148]

detentores das terras, dos meios de produção. São os donos do jogo. Dos 102 municípios alagoanos, 54 possuem plantações de cana-de-açúcar (Fonte: SINDAÇÚCAR, 2010). Segundo Arnaldo Jabor, em suas crônicas para o Jornal da Globo, é o “silêncio da miséria”. Atualmente existem 24 usinas em Alagoas (Fonte: Sindaçúcar-AL). E não coincidentemente uma catastrófica concentração de renda, especialmente nas mãos de 24 famílias.

Mas, em que mesmo a cana não coopera para que a fome seja extinta do estado? Ou melhor, como ela contribui para que haja a manutenção da fome? Como os usineiros não pagam impostos e ainda recebem ajuda do Governo, Alagoas fica pobre e com poucos recursos para investimento. É certo que, de acordo com Edivaldo Junior (2008, p. A7), a agroindústria sucroalcooleira contribui com 20% (alguns falam em até 40%) do PIB alagoano. Mas se tal setor não dá lucro, como apresenta uma contribuição tão alta e significativa? Através dos incentivos do Governo. No entanto, os valiosos e preciosos frutos do “ouro verde” não chegam até a população. Ficam estanques nos donos do poder, e não atendem a parte mais necessitada: o povo que

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[149]

sofre e agoniza de dor, miséria e fome. A monocultura canavieira representa: atraso econômico e social; concentração de poder; de renda; de educação; trabalho em degradante condição; exploração; concentração de terra. As usinas não se modernizam; os usineiros não investem em outros tipos de plantações e, muito menos, permitem ou dão espaço para que outras atividades se desenvolvam e, desenvolvam-se junto com elas o estado e o povo. Os imensuráveis latifúndios tomam os lugares das pequenas propriedades; os poucos usineiros os lugares tomam dos inúmeros pequenos produtores, os quais não têm aonde, nem como e nem condições de plantar, o que geraria muito mais emprego e renda. Os donos da cana produzem para fora, enquanto que o estado tem que importar os gêneros alimentícios mais básicos. Enquanto alguns se afogam no açúcar e na riqueza, muitos morrem de fome e miseráveis. Um trabalhador corta, em média, de 8 a 10 toneladas de cana por dia, para ganhar uma “mixaria”, e tantas vezes sai de casa sem ter tomado, ao menos, nem uma xícara de café (porque não tem).

[...] E se somos Severinos

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[150]

iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,
mesma morte severina:
que é a morte de que se morre
de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte,
de fome um pouco por dia [...]
(João Cabral de Melo Neto, *Morte e vida severina*,
1994, p. 171).

A cana-de-açúcar ocupa 40% da área das terras cultiváveis e férteis. A crescente utilização da colheita mecanizada vem piorando a situação dos trabalhadores: desempregando-os. É uma condição de fome crônica, permanente e endêmica. Os 10% mais ricos ganham 21 vezes mais que os 40% mais pobres, onde o “normal” seria 8 vezes mais. A fome em Alagoas é reflexo da falta de emprego, dos baixos salários, do grandioso número de trabalho informal, da enorme quantidade de mão-de-obra desqualificada. Mas estes advêm do elevado grau de concentração da propriedade da terra, da educação e da renda. Alagoas é o lugar onde predominam os extremos. Onde o rico é milionário, e o pobre é miserável.

4.2 Quintal do Litoral (Agreste)

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[151]

O Agreste de Alagoas constitui-se como sendo o quintal do Litoral, visto que é uma área de transição entre esta e o Sertão. Possui uma melhor condição que este. A Zona da Cana é tão imensa, imperiosa e petulante que ainda tentou expandir-se para cá. Mas o cultivo que aqui se arraigou, literalmente, principalmente em Arapiraca, foi outro “ouro verde” – o fumo. No entanto, ele vem numa constante e progressiva crise, devido à cotação dos preços de exportação e à redução da demanda interna. O fumo deveria ser cultivado numa área de, aproximadamente, de 15 a 35 ha. Porém, a esmagadora maioria das famílias (agricultoras e pequenas proprietárias) possuem, quando muito, 5 ha.

O Governo igualmente subsidiava o Agreste alagoano, só que em bem menor quantidade que o Leste do estado. Entretanto, também com a crise fiscal dos anos 90 no Brasil, tal ajuda ficou ainda menor e pôde ser sensivelmente sentida, especialmente, pela agricultura, ou melhor, pelos agricultores da “Princesa do Agreste” (mais importante e desenvolvida cidade dessa Messorregião). A

imensa maioria das propriedades são pequenas e um grandioso número das agriculturas são de subsistência. Não formam um mercado competitivo e, quase sempre, o que ganham mal dá para “cobrir”, pagar os custos e despesas.

[...] e a vida que tem vivido
foi sempre comprada à vista? [...]
mas tanto lá como aqui
jamais me fiaram nada:
a vida de cada dia
cada dia hei de comprá-la. [...]
há nessa vida a retalho
que é cada dia adquirida?
espera poder um dia
comprá-la em grandes partidas? [...]
não é que espere comprar
em grosso tais partidas,
mas o que compro a retalho
é, de qualquer forma, vida [...]
(João Cabral de Melo Neto, *Morte e vida severina*,
1994, p. 171).

A crise fiscal provocou miséria, pobreza, fome, principalmente entre os anos 80 e 2000, o que pode ser ainda sentida e percebida hodiernamente. É uma fome urbana e rural, que aflige o Litoral, o Sertão e também o Agreste. Em Alagoas, a fome não tem preconceitos: está espalhada por todos os lugares e molda-se e adapta-se a todos os climas. Os pequenos e médios produtores também e, principalmente, precisam de incentivo financeiro e não somente os “grandalhões” usineiros. Para que possam

aumentar suas propriedades, produzir mais e melhor e, conseqüentemente, para que possam ser mais competitivos, gerar mais renda e diminuir o desemprego e a flagelação. Ou até mesmo, se os agricultores quiserem continuar com pequenas propriedades e produções, um subsídio do Governo iria ajudar mantê-los no campo, evitando, assim, um crescente e exorbitante êxodo rural, com um maior número de desempregados urbanos. Apesar da fome apresentar-se em menor número no Agreste, infelizmente, ela existe. E a fome é degradante para o ser humano, independentemente de onde ocorra e da intensidade e, sendo assim, precisa necessariamente e urgentemente ser combatida. As indústrias devem, sim, serem estimuladas e recebidas no estado, pois podem muito colaborar para o seu crescimento e desenvolvimento. Mas o gigantesco potencial natural e humano que aqui se tem não pode jamais ser desperdiçado, muito menos, maltratado e humilhado. O melhor manejo das terras, do campo pode contribuir grandemente para tirar o Agreste e Alagoas como um todo da sua afogante miséria.

4.3 Zona da Cerca (Sertão)

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[154]

O Sertão alagoano é sede de uma grande indústria – a indústria da seca. Onde recursos são desviados, onde os poderosos usam a miséria para promoverem-se. Lugar no qual tiram o pouco que ainda resta de quem quase mais nada tem. Onde privilégios são dados aos grandes e poucos, e “favores” são concedidos aos pequenos e muitos. Os períodos de seca mais arrasadores são momentos de dor para estes e de glória para aqueles.

O Governo nunca propõe soluções técnicas para o problema da seca, que realmente o resolva, que ponha nele um ponto final, pois isso é possível. Muito pelo contrário, os políticos e administradores só agem com programas de compensação, querem eles “tapar o sol com a peneira”, fazer apenas reparos, os quais somente dão, quando muito, resultados momentâneos. Mas, por que mesmo eles não de resolver tal humilhante e degradante situação, se ela, a seca, é uma das fontes de seus recursos?

Aproximadamente, 70% do território nordestino é considerado como sendo Região do Semiárido e 63% do total de sua população nela vive. Contrariando o que muitos pensam, as terras do Sertão são muito férteis e bastante

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[155]

propícias à plantação. Não obstante, elas, a fauna e flora locais vêm sendo ocupadas e devastadas por grandiosos projetos, os quais não beneficiam o povo, entretanto só aumentam o poder dos já muito poderosos. Os agricultores deveriam possuir 200 ha de terras, mas têm, no máximo, 4 ha, por isso eles vão procurar trabalho junto aos donos de imensos latifúndios, e tornam-se seus empregados. Muito mais que, simplesmente, subordinados; inúmeras vezes, tornam-se escravos. No Sertão de Alagoas também há uma enorme concentração de terra, de renda, de pobreza e de fome. Lá, a presença do coronelismo, igualmente na Zona da Mata, ainda é marcante. Onde um carro-pipa equivale a inúmeros votos.

Uma terra que não é vazia, mas que foi e que continua sendo esvaziada. Um lugar de subnutrição, de fome transitória, com áreas de epidemia de fome, com graves misérias que às vezes se apresentam ciclicamente (em decorrência de grandes e devastadoras secas periódicas). Um Sertão onde há exploração, para que haja a exportação. Um local que para poder-se matar um pouco da sede, é preciso votar em um certo alguém. Algo está sendo

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[156]

feito para modificar essa infeliz realidade, não só em tal região mas em toda Alagoas. Entretanto, “algo” ainda é muito pouco. E, enquanto “muito” não for feito, continuará acontecendo êxodo rural, má “distribuição” da água, angústia, sofrimento e fome.

A flora e a fauna nativas do Semiárido não são tão ricas. A população alimenta-se da primeira somente em tempo de seca impiedosa. Alimento “brabo”, sementes venenosas, cascas de árvores e, até mesmo, solado de alpercatas tornam-se alimento. O cultivo dos moradores não é para exportação e não tem fins comerciais, mas sim, para pura subsistência. Em suas roças Geralmente são plantados: milho, feijão, fava, mandioca, batata-doce, abóbora e maxixe. Como o povo só tem acesso, quando muito, aos gêneros alimentícios mais básicos, quem possui uma melhor condição tem que comprar o que falta fora de lá e muito caro. A imensa maioria da população alimenta-se, no máximo, três vezes ao dia com um almoço bem reforçado, quando podem. Qualquer seca mais prolongada já destrói muito, faz um enorme estrago e deixa grandes marcas e rastros. Imensas secas podem durar até 3 anos e ocorrem,

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[157]

aproximadamente, a cada 30 anos (entre 10 e 50). As pessoas, nesse período, chegam a perder metade de seu peso.

“O problema do Sertão não é a seca; é a cerca.” É a cerca que cerca a terra, os grandes latifúndios, e o povo fica sem ela e vai ser escravo dos poderosos. É a cerca que cerca a água, o poço que o próprio povo ajudou construir. A água existe e molha o Sertão alagoano; mas lá, ela só mata a sede de quem tem algo cercado.

5. Ações e omissões do Estado

Quando analisamos certos eventos históricos e sociais que ocorreram na passagem do século XIX para o século XX, podemos perceber que somente nos últimos 50 anos o combate à fome passou a incorporar a palavra “fome” de forma explícita em suas campanhas. Antes disso, encontrávamos apenas termos associativos, como por exemplo, movimentos contra a carestia ou de pesos e medidas, de greves, lutas no campo, de aluguéis, saques, dentre outros. Porém, ainda que a terminologia “fome” não tenha sido usada explicitamente, é impossível não relacionar o fenômeno da fome com essas batalhas. Nos

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[158]

últimos 60 anos, no entanto, houve uma politização maior dos eventos com o uso expresso da palavra fome. Nesse sentido, é fato que, a fome deixa de ter significado individual de “vontade de comer” e passa a ter significação social e política.

O Estado, no entanto, não esteve totalmente ausente da questão da fome no Brasil. Ele próprio forneceu as mais diversas contribuições de natureza política, social e econômica nesse campo. A Emenda Constitucional nº 64, por exemplo, inclui a alimentação entre os direitos sociais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Tem aplicação direta, uma vez que, compõe os direitos e garantias fundamentais. Ou seja, a EC 64 protege as políticas públicas, os projetos de leis e outras normas que assegurem o direito à alimentação. Em 1993, em consequência da ação do Movimento pela Ética na Política, o Presidente Itamar Franco declara o combate à fome como prioridade absoluta. A partir daí, diversas ações foram propostas como o Mapa da Fome, o Plano de Combate à Fome e à Miséria e a criação do CONSEA.

Segundo um documento produzido pela I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em julho de 1994:

No Brasil haverá Segurança Alimentar quando todos os brasileiros tiverem, permanentemente, acesso em quantidade e qualidade aos alimentos requeridos e às condições de vida e de saúde necessárias para a saudável reprodução do organismo humano e para uma existência digna.

A Segurança Alimentar há de ser, então, um objetivo nacional básico e estratégico. Deve permear e articular, horizontal e verticalmente, todas as políticas e ações das áreas econômica e social de todos os níveis de Governo e ser perseguida por toda a sociedade, comprometendo todos os segmentos sociais, seja em parceria com os distintos níveis de Governo, ou em iniciativas cidadãs (CONSEA, 1995, p. 88 e 89).

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva se manifestou de forma bem ativa quanto ao combate à fome e à miséria no país. Seu principal programa social, o Fome Zero, buscou amenizar um problema que há muito vem atingindo principalmente as comunidades mais carentes do Brasil. Este programa reúne políticas estruturais, específicas e locais, buscando assim maior abrangência em seus resultados.

Porém, nem só de ações públicas governamentais vive essa incansável luta contra a fome: no Brasil há

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[160]

centenas de entidades de combate à fome. Uma verdadeira rede invisível de solidariedade à espera de adesões. A Ação de Cidadania Contra a Fome, a Unicef, a Pastoral da Criança e a Aval são somente os exemplos mais conhecidos desse imenso grupo solidário que trava batalhas árduas contra a pobreza, a miséria, a má nutrição e a fome no Brasil.

Qualquer tentativa, por mais ínfima que seja, de combate aos problemas da fome e da miséria, no entanto, precisa considerar sua causa mais profunda: a concentração de riqueza do país, que gera cada vez mais diversos níveis de desigualdade social. Tais tentativas não devem, portanto, se restringir a compensar os efeitos de um modelo econômico concentrador. Não há como esperar que a parte social envolvida, resolva por si só o problema, enquanto que as partes econômica e política continuam a promover a exclusão.

A quantidade de pessoas sujeitas à fome no Brasil é um número incalculável, uma vez que, não há um consenso sobre o tamanho exato da população que é atingida. O último levantamento abrangente e de qualidade sobre o

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[161]

tema apontou que, na época, cerca de 46,5 milhões de pessoas consumiam menos caloria que o necessário. Por conta de tal incerteza, a divulgação pela mídia se torna cada vez mais apenas números, dados e estatísticas, que não deixam significado algum. O que se esquece é que cada porcentagem, cada dado, cada estimativa carrega consigo o peso e a dor de uma história de dificuldades. A fome não é apenas a falta do que comer.

A desigualdade social não gera somente a fome. A pobreza e a miséria tornam-se realidades certas daqueles que não participam do grupo minoritário detentor do poder. Outras consequências, no entanto, agravam ainda mais a situação de milhares de famílias que vivem abaixo da linha aceitável de nutrição. O analfabetismo, a falta de oportunidade e de emprego, violência, saúde, segurança, infraestrutura. Tudo isso, gerando, quase que de forma imperceptível, o que acreditamos não possuir mais desde a Abolição da Escravatura.

Os escravos modernos, como os da cana e da cerca em Alagoas, entretanto, não são mais confundidos aos do século XVI. A escravidão moderna, aprisiona o sujeito

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[162]

faminto, analfabeto, desempregado, sem perspectiva alguma à uma realidade sórdida. À medida em que os poderosos, os usineiros, os grandes latifundiários, detentores do poder e da riqueza regional e da nacional, parecem tratar do assunto de forma branda e aceitável. Quase como se não existisse, ou melhor, até mesmo aproveitando-se dele para beneficiarem-se. O que nos leva a pensar na pobreza como uma estratégia, um plano bem articulado, incapaz de modificar as realidades mundial, brasileira e alagoana. Tais “ações” nacionais e mesmo regionais acabam por atingir e também beneficiar Alagoas na grande “batalha” contra a pobreza e a miséria. Não obstante, o Estado, igualmente, precisa agir urgente e efetivamente com políticas públicas, com ações que verdadeiramente modifiquem esta impiedosa realidade, aja onde ainda é “omisso” e, não apenas, com compensações, para que Alagoas consiga sair finalmente vitoriosa dessa imperiosa “guerra” contra a fome.

Conclusão

As pessoas comerão três vezes ao dia
E passearão de mãos dadas ao entardecer
A vida será livre e não a concorrência
Quando os trabalhadores perderem a paciência

(Mauro Iasi, *Quando os trabalhadores perderem a paciência*)

A fome é um problema devastador. Que antes, existia como uma ideia natural, decorrida da falta de alimentos para a população e que, hoje, é concebida de maneira adversa: a falta de alimento não é mais um problema natural; a má distribuição dele é a principal causa da fome atualmente. O que se transformou ao longo dos tempos foi justamente a forma de concebê-la. Se antes, ela trazia um sentido biológico e individual; atualmente, é vista através de um conceito social e cultural, causada pela má distribuição dos alimentos produzidos. Essa transformação ocorre nos mais diversos níveis: mundial, nacional e chega ao Estado de Alagoas, em sua forma endêmica (Zona da Mata) e epidêmica (Sertão) – não por meio de fenômenos

naturais ou catástrofes – e causa os mais preocupantes índices de analfabetismo, violência e IDH.

No estado de Alagoas a cana-de-açúcar é a principal contribuinte para os indicadores de pobreza, miséria e má alimentação. Tudo porque, é por meio dela que se dá a concentração de renda e posterior desigualdade social. Causas principais e primeiras do problema, que é a fome, para o estado. Mas não se pode culpar somente o modelo açucareiro da região por tais números exorbitantes. A seca, a política e a falta de ações públicas eficazes transformam esse combate numa luta ainda mais árdua e complexa. Que tira a esperança de milhares de famílias alagoanas que vivem em situação de extrema necessidade alimentícia. Não obstante, esse triste cenário pode, sim, ser modificado através da implementação de políticas que objetivem, verdadeiramente, a alteração da cruel realidade em que “sobrevive” grandiosa parcela da população alagoana, e que os poderosos não queiram adotar somente medidas de compensação, as quais só fazem retardarem e prolongarem o sofrimento daqueles que almejam, apenas, ter uma vida e

uma alimentação de qualidade tendo acesso, ao menos, às três dignas refeições diárias.

Referências

A.D.L. “**O problema do semiárido não é a seca, é a cerca**”. Disponível em: <<http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/94/reportagens/%E2%80%9Co-problema-do-semiarido-nao-e-seca-e-cerca%E2%80%9D>>. Acesso em: 02 de junho de 2014.

BONFIM, João Bosco. **As políticas públicas sobre a fome no Brasil**. Maio/2004. Textos para discussão/8 - Consultoria Legislativa do Senado Federal/Coordenação de Estudo.

BÓZI, Estanislau Tallon. **Direito à Alimentação**. Mestrado em Direitos e Garantias Constitucionais Fundamentais. Vitória: 2005.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm>. Acesso em: 15 de junho de 2014.

CASTRO, Josué de. **A Explosão Demográfica e a Fome no Mundo**. Trabalho publicado na revista *Civillitádelle Machine*, de julho/agosto de 1968, Roma. Incluído no livro

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018. [166]

Fome, Um Tema Proibido. Última Edição Civilização Brasileira, 2003. Organizadora: Anna Maria de Castro.

CASTRO, Josué de. **A Fome.** Disponível em:
<<http://www.josuedecastro.com.br/port/fome.html>>.
Acesso em: 24 de junho de 2014.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome, O dilema brasileiro: pão ou aço.** 7ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COSTA, Fábio. **Renda cresce em Alagoas, mas não muda realidade.** Disponível em:
<<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=231480>>. Acesso em: 17 de junho de 2014.

DUTRA, Fernanda Natália Xavier. **Exploração do trabalho infanto-juvenil nas usinas de açúcar e álcool do estado de Alagoas.** *Jus Navigandi*, Teresina, ano 15, n. 2679, 1 nov. 2010. Disponível em:
<<http://jus.com.br/artigos/17713>>. Acesso em: 17 de junho de 2014.

FAUSTINO, Jussara. **Fome no Brasil.** Disponível em:
<<http://www.coladaweb.com/sociologia/fome-no-brasil>>.
Acesso em: 26 de maio de 2014.

GOMES, Fábio Guedes. **A Propriedade da Terra em Alagoas.** Disponível em:
<<http://cadaminuto.com.br/noticia/246164/2014/05/02/a->

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[167]

propriedade-da-terra-em-alagoas>. Acesso em: 17 de junho de 2014.

IASI, Mauro. **Quando os trabalhadores perderem a paciência.** Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/poesias/3452927>>. Acesso em: 13 de julho de 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **PNAD – Segurança Alimentar 2009.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=al&tema=pnad_seguranca_alimentar_2009>. Acesso em: 09 de junho de 2014.

JABOR, Arnaldo. **ALAGOAS: O silêncio da miséria.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GYXmqLMdZDo>>. Acesso em: 20 de maio de 2014.

LESSA, Sergio. **Modo de Produção e Revolução: Lukács e Mészáros.** In TEIXEIRA JÚNIOR, Aguinaldo (org.). Marx está Vivo. Maceió: (s.n.), 2010. Pág. 99-126

LIRA, Fernando José de. **Formação da Riqueza e da Pobreza de Alagoas.** Maceió: EDUFAL, 2007.

MELO, Wagner. **Estado ocupa vergonhosa liderança.** Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=227671>>. Acesso em: 17 de junho de 2014.

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018. [168]

NETO, João Cabral de Melo. **Morte e vida severina**. Obra Completa. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 1994.

RODRIGUES, Cau. **PIB cresce, mas Alagoas ainda está entre economias mais pobres do país**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/11/pib-cresce-mas-alagoas-ainda-esta-entre-economias-mais-pobre-do-pais.html>>. Acesso em: 17 de junho de 2014.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 24ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

SINDAÇUCAR-AL. **Relação das Usinas – Alagoas**. Disponível em: <<http://www.sindacucar-al.com.br/relacao-das-usinas/>>. Acesso em: 17 de junho de 2014.

VALÕES, José Inaldo. **Da “Reivindicação dos Mortos” à Consciência Política: A Trajetória da Organização Camponesa no Nordeste**. Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia). Arapiraca: 2009.

VALÕES, José Inaldo. **Entre Descobertas e Invenções: A Criação do Nordeste Brasileiro**. Arapiraca: 2010.

RESUMO: A “terra dos marechais”, Alagoas, é um dos muitos locais onde o Direito à Alimentação é existente no papel; porém, o que é predominante na vida de milhares de pessoas é a fome. Esta não só faz-se presente em solo alagoano, mas, igualmente, no Brasil e no mundo. As concentrações de renda e terra são bem típicas da Zona da Mata, do Agreste e do Sertão alagoanos, onde os usineiros, os poderosos, os

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[169]

grandes latifundiários “roubam” dia a dia o pão daqueles que são servidos com um açúcar, o qual não é capaz de adoçar suas amargas vidas. As quais convivem seca após seca, com a desculpa de que é um problema natural e que não há muito o que se fazer, apenas medidas compensatórias. O Estado está agindo, mas muito ainda é preciso ser feito. Nada mais inerente ao homem do que a fome, a vontade de comer; e nada mais digno ao ser humano do que ter essa necessidade saciada. Na terra das lagoas um dos principais causadores do grave problema da fome é a terra; terra que não se come, mas onde se planta para poder comer. Alagoas necessita, e que seja num futuro bem próximo, ser um estado rico por não ter pobreza, miséria e fome.

PALAVRAS-CHAVE: Alagoas. Cana-de-açúcar. Direito à Alimentação. Fome. Políticas Públicas.

ABSTRACT: The "land of the marshals", Alagoas, is one of many places where the Right to Food is existing on paper; however, what is prevalent in the lives of thousands of people is hunger. This not only is present in Alagoas soil, but also in Brazil and worldwide. It has always existed and everywhere. At other times, it is thought that food production would not be sufficient to meet all human beings. But the contemporary world shows another reality. This reality is no less disturbing; nevertheless, there is much more cruel. Foods that are produced to give food more than 6 billion lives. The concentrations of income and land are very typical of the Forest Zone in the Wasteland and Hinterland Alagoas, where the mill owners, the powerful, the great landowners "steal" daily bread of those who are served with a sugar, which does not is able to sweeten their bitter lives. Which live dry after dry, with the excuse that it is a natural problem and that there is much to do, just compensatory measures. The State is acting, but much still needs to be done. Nothing inherent in man than hunger, desire to eat; and nothing more worthy of the human being to have that need satisfied. In the land of lakes a major cause of the serious problem of hunger is the land; land that is not eaten, but where plant in order to eat. Alagoas needs, and that is in the near future be a rich state for failing to poverty, misery and hunger.

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[170]

KEYWORDS: Alagoas. Cane sugar. Right to Food. Hunger. Public Policy.

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[171]